

Rivania Selma de Campos Ferreira

De: Marcelo de Almeida Frota
Enviado em: terça-feira, 14 de dezembro de 2021 09:19
Para: Rivania Selma de Campos Ferreira
Assunto: ENC: Ofício para o Senador Rodrigo Pacheco ICMS Combustível
Anexos: RODRIGO PACHECO- ICMS Combustíveis - Senador Rodrigo Pacheco.pdf

De: Sen. Rodrigo Pacheco
Enviada em: segunda-feira, 13 de dezembro de 2021 14:58
Para: Marcelo de Almeida Frota <MFROTA@senado.leg.br>
Assunto: ENC: Ofício para o Senador Rodrigo Pacheco ICMS Combustível

De: Viviane Ribeiro - Presidência ACMinas [<mailto:viviane.ribeiro@acminas.com.br>]
Enviada em: segunda-feira, 13 de dezembro de 2021 14:34
Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>
Cc: simpli.regina@senado.leg.br
Assunto: Ofício para o Senador Rodrigo Pacheco ICMS Combustível

Prezada Senhora Regina
DD. Chefe de gabinete de apoio do Senador Rodrigo Pacheco.

Po solicitação do Presidente da ACMinas, Dr. Jose Anchieta da Silva, solicitamos a gentileza de dar conhecimento ao Senador Rodrigo Pacheco do ofício em anexo.

Antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,



Viviane Ribeiro
Secretária do Presidente
(31) 3048-0703
Av. Afonso Pena, 372
CEP: 30130-001 • Centro • BH • MG

www.acminas.com.br





Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2021

ofício 087/2021

Senador Rodrigo Pacheco

Presidente do Senado Federal

BRASÍLIA, DF

Representando os Associados da **ACMINAS-Associação Comercial e Empresarial de Minas**, em nome da Diretoria, viemos à sua presença para tecer algumas considerações acerca do momento atual de nossa Economia.

Sabemos todos, mas não é demais registrar, que os algoritmos e equações que regem a inflação são do domínio da Alta Política, e como tal devem ser avaliados os pressupostos fundados na responsabilidade para com o Estado, cabendo às Instituições preservar um dos mais caros símbolos da Economia Nacional, a Moeda. Nada atinge tão desigualmente os desiguais como a inflação, cujos resultados são nefastos para com a população mais carente que não tem mecanismos de proteção de seus bens nem suficientes meios de subsistência.

Portanto, as ações para reduzir os impactos das variáveis conjunturais devem merecer atenção, urgência e prioridade de tramitação acima de outros projetos, também relevantes, mas sujeitos a tempestividade e amadurecimento diverso. Será que a aprovação da PEC do ICMS sobre Combustíveis por maioria expressiva de 392 votos, em quórum qualificado de 463 na Câmara Federal, em 14 de outubro, não sinalizou caminho já desbastado o suficiente para sequenciar com celeridade a discussão no Senado Federal? Se não o for, que saibamos quais os constrangimentos relevantes impedem a tramitação do projeto, que esperamos não ser a que os jornais vêm expressando, atribuindo a dificuldades relacionadas ao pleito eleitoral de 2022, o que seria irresponsabilidade flagrante em momento tão sensível para o Brasil.

Não pode a Sociedade ficar à espera por tempo indeterminado da tramitação de projetos cujos benefícios são evidentes e reclamados em regime de urgência. Neste caso, em especial, porque a inflação não o faz e registrará de forma contundente hesitações temerárias. Tema complexo, embora não mais que as consequências que advirão da não aprovação de medidas adequadas para participar do esforço de contenção da escalada inflacionária, de nível global, que nos atinge em momento de transformações e ajustes estruturais.

Não apelamos, não pedimos, não clamamos, mas legitimamente requeremos que o Parlamento, fonte primária da representação popular, enfrente o problema para modificar o que foi aprovado, rejeitar ou aprovar. O que não se pode é viver sob sombras, sem respostas, como fossem pouco relevantes as demandas da Sociedade. Não resposta é pior que qualquer resposta.

Estamos estimulados e inspirados em seu pronunciamento do dia 10/12, em evento da Associação Comercial e Industrial de Cascavel, no Paraná, quando, com fundada razão criticou duramente a situação econômica atual do Brasil, após a divulgação do IPCA de 11%



acumulados dos últimos 12 meses, afirmando com ênfase que *“temos problemas também que têm sido cada vez mais presentes nas nossas vidas como brasileiros e são problemas que não precisávamos estar convivendo com eles: a inflação. Hoje a inflação bate à nossa porta, como também bate à nossa porta a alta de juros que é absolutamente nociva para a produção do país. Juros altos são a receita do insucesso para a economia.”*

Portanto, alinhando-nos com aquele pronunciamento, trazemos essas considerações a fim de registrar as preocupações que percebemos em nosso ambiente, sinalização da **AC Minas** para reafirmar a percepção da necessidade imperativa de que o tema tenha o tratamento que a Sociedade e a conjuntura está a requerer em momento tão sensível e delicado para a retomada do crescimento neste pós-pandemia, que trouxe tantas ameaças e desesperanças aos empresários e cidadãos.

É momento de o Senado pronunciar-se claramente expondo o entendimento que tem, posicionamento que aguardamos seja em breve como requer as condicionantes impostas pela crise severa que pode se agravar caso haja delongas procrastinatórias de qualquer origem e natureza. Estamos diante de razões de Estado que, por serem mais relevantes, exigem o esforço e contribuição de todos e, portanto, devem prevalecer sobre outros interesses, acima das conveniências dos Estados Federados, embora legítimas.

Não nos movemos pela esperança, Senador, que habita o universo do imaterial; mas pela expectativa concreta que pressupõe prazos determinados para tomada de posição que permita aplicação de decisões.

Seguindo nossa prática de transparência em todos os atos que praticamos, esta mensagem será divulgada em nosso site www.acminas.com.br

Com nossos cumprimentos,



José Anchieta da Silva
Presidente

Associação Comercial e Empresarial de Minas